

A Idade Média nas “histórias de Portugal” do período democrático. Concebidas como obras de síntese, as várias “histórias de Portugal” publicadas a seguir à revolução de 25 de Abril de 1974 refletem, em boa medida, algumas das grandes alterações verificadas na historiografia portuguesa durante a segunda metade do século xx. Este artigo foca-se num conjunto de temas relacionados com a Idade Média portuguesa, procurando perceber as diferenças e semelhanças entre as análises dos vários autores destas “histórias de Portugal” e em que medida estas representaram uma rutura em relação às veiculadas pelas suas congéneres publicadas durante o Estado Novo.

PALAVRAS-CHAVE: Idade Média, historiografia, histórias de Portugal, estudos medievais.

The Middle Ages in the “histories of Portugal” during the democratic period. Conceived as generalist works, the various “histories of Portugal” published after the Carnation Revolution of 1974 reflect some of the great changes in Portuguese historiography during the second half of the twentieth century. This article focuses on a set of themes related with the Portuguese Middle Ages and aims to examine the differences and similarities between the interpretations of the various authors of these “histories of Portugal” and to understand to which extent did these interpretations have represented a rupture regarding the ones vehiculated by the “histories of Portugal” published during the Estado Novo.

KEYWORDS: Middle Ages, historiography, histories of Portugal, medieval studies.

PEDRO MARTINS

A Idade Média nas “histórias de Portugal” do período democrático

INTRODUÇÃO

Podemos dizer que as histórias nacionais constituem uma espécie de mostruário da historiografia produzida num determinado contexto histórico. Frequentemente escritas por autores de renome académico ou com elevado impacto público, elas reproduzem os grandes temas, abordagens, teorias e interpretações sobre os vários períodos que compõem a história dos países. Ao mesmo tempo, ao serem publicadas por editoras com grande tiragem e circulação, elas são também produtoras de visões sobre a identidade desses mesmos Estados-nação e acabam por influenciar a perceção coletiva dessa mesma identidade. A relação entre a escrita da história e a construção de identidades nacionais tem sido estudada por uma multiplicidade de académicos em diversos contextos (Smith, 1991, p. 93; Matos, 1998a; Ruiz Torres, 2001; García Cárcel, 2004; Berger, 2007; Neves, 2008; Berger e Lorenz, 2010; García-Sanjuán, 2020). Todos eles sublinham o papel que historiadores de quadrantes ideológicos diferentes tiveram na construção de determinadas visões sobre a suposta identidade de cada nação.

Na escrita das histórias nacionais, a Idade Média – aqui entendida no sentido tradicional do termo, como o período histórico que vai do final do século v d.C. a meados do século xv – tem desempenhado um papel essencial desde pelo menos o início do século xix. Autores como Benedict Anderson (1983), Ernest Gellner (1983) e Eric Hobsbawm (1990) salientaram o carácter moderno dos processos de construção dos Estados-nação e dos movimentos nacionalistas. Estes processos, que tiveram lugar sobretudo após as revoluções liberais, levaram as elites políticas e culturais que as conduziram a inventar ou a recriar símbolos e dispositivos capazes de cimentar a coesão social junto das

populações que até então pouco se viam como pertencendo a unidades nacionais (Hobsbawm, 1983, pp. 1-14). Tais elementos baseavam-se numa ideia de continuidade histórica, que frequentemente remontava à Idade Média – apresentada pelos historiadores e restantes intelectuais como a época por excelência da origem das comunidades nacionais e/ou aquela na qual estas se teriam revestido das suas características mais puras (Geary, 2002; Wickham, 2006; Evans e Marchal, 2010; Geary e Klaniczay, 2013).

O passado medieval tem, desde então, despertado um interesse contínuo junto das várias comunidades historiográficas. Portugal não foi exceção a este fenómeno (Matos, 1998a, pp. 261-277, 313-354; Neves, 2008, pp. 313-353; Martins, 2026). Alvo de múltiplas narrativas, interpretações e apropriações por parte de historiadores de diversas tendências políticas, a Idade Média surge frequentemente num lugar proeminente nas várias “histórias de Portugal” produzidas desde o alvor da historiografia moderna até aos nossos dias. Autores como Alexandre Herculano, Oliveira Martins, Fortunato de Almeida, Damião Peres ou João Ameal concederam um lugar primordial à época medieval, vendo-a ora como um “período de progresso” e “democracia” (Herculano, 1849, pp. 222 e 389) ou de profunda religiosidade e valores morais (Ameal, 1940, pp. 197-198), ora como uma época de “barbárie”, violência e superstição (Martins, 1882, pp. 59 e 65), marcada pela “ferocidade dos instintos”, “explosões do ódio pessoal” e “paixões sensuais” (Almeida, 2018, pp. 162-164). No contexto do Estado Novo, a Idade Média era considerada mesmo um elemento valorativo da história de Portugal, que explicaria a alegada fidelidade desta nação aos valores católicos e cavaleirescos bem dentro da Época Moderna (Ameal, 1940, pp. 315 e 329). Autores patrocinados pelo regime de Salazar, como João Ameal, imaginavam o Estado Novo como uma espécie de restaurador do “fio perdido” da história nacional, cujo início se encontrava nos tempos medievais e cuja grandeza havia sido interrompida pelas ideologias políticas modernas (Ameal, 1940, pp. 714-715, 780-781, 796-797 e 801; Martins, 2026, pp. 158-162).

Os autores que têm feito uma reflexão crítica em torno da história da medievística portuguesa sublinham a rutura que a Revolução dos Cravos representou relativamente aos temas, abordagens e interpretações sobre o passado medieval. Num artigo publicado na *Revista de História Económica e Social* em 1982, José Mattoso, por exemplo, estabelecia um contraste entre “o tom mais comum da historiografia anterior a 1974”, marcado essencialmente por uma abordagem política e religiosa e de forte pendor conservador, triunfalista e ultranacionalista, e “as interpretações do tipo da chamada escola dos ‘Annales’ [...] proscrias dos meios oficiais e académicos” (Mattoso, 1982, p. 145). Já em 1988, Armando Luís de Carvalho Homem, Amélia Aguiar Andrade e

Luís Carlos Amaral assinalavam a revolução ao nível do ensino pós-graduado, a proliferação de estudos sobre a Idade Média e o surgimento de novos temas na medievística portuguesa que o 25 de Abril permitiu (Homem, Andrade e Amaral, 1988). Na obra *Historiografia Luso-Brasileira Contemporânea* (1999), José Jobson Arruda e José Tengarrinha observavam também que, depois da Revolução, começaram a surgir vários trabalhos historiográficos centrados em períodos relativamente esquecidos pelo Estado Novo, como os séculos XIV e XV (Arruda e Tengarrinha, 1999, pp. 115-116). Por fim, num artigo publicado nos *Cahiers de civilisation médiévale* em 2006, Bernardo Vasconcelos e Sousa e Stéphane Boissellier enfatizavam as ruturas geradas pela Revolução ao nível do acesso de largos sectores da população portuguesa à universidade, da frequência e reforma dos cursos de história e da circulação de ideias entre académicos (Sousa e Boissellier, 2006, p. 219).

Apesar da importância destas análises, elas constituem mais uma panorâmica sobre a medievística portuguesa em geral do que um estudo aprofundado do contexto de produção de determinadas obras historiográficas. A única exceção é possivelmente o capítulo de Judite Gonçalves de Freitas na obra *The Historiography of Medieval Portugal c.1950-2010*, dirigida por José Mattoso e publicada em 2011, no qual a historiadora faz uma análise de algumas “sínteses” de história medieval publicadas neste período, incluindo várias das “histórias de Portugal” examinadas neste artigo. Embora não elabore um estudo exaustivo do conteúdo destas obras, Freitas salienta a forma como o 25 de Abril de 1974 marcou uma diferença ao nível do número de publicações, caracterizando o período que se seguiu à Revolução como sendo “de otimismo e de uma produção científica crescente” (Freitas, 2011, p. 608).

É objetivo deste artigo analisar a forma como a Idade Média tem sido representada nas várias “histórias de Portugal” publicadas por editoras nacionais a seguir à Revolução dos Cravos. Procura-se responder às seguintes questões:

- Que papel tem assumido o passado medieval nas várias “histórias de Portugal” publicadas desde a revolução de 25 de Abril de 1974?
- Quais as principais diferenças e continuidades nas várias interpretações sobre a Idade Média veiculadas nestas obras, em comparação com a historiografia produzida durante o Estado Novo?

A fim de responder a estas questões, o artigo analisa 9 obras, assinadas por 10 autores (para as obras de autor único) ou coordenadores (no caso das obras coletivas), consideradas as mais representativas do ponto de vista das diversas tendências historiográficas e do impacto na disseminação do conhecimento histórico: a *História de Portugal* de Joaquim Veríssimo Serrão (1977-2010);

a *História Concisa de Portugal* de José Hermano Saraiva (1978); a *História de Portugal* dirigida por este mesmo autor (1984); a *Nova História de Portugal* dirigida por Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques (1987-2004); a *História de Portugal* dirigida por José Mattoso (1992-1994); a *História de Portugal* dirigida por João Medina (1995); a *História de Portugal* organizada por José Tengarrinha (2000); a *História de Portugal* coordenada por Rui Ramos (2009); e a *História de Portugal* de António Borges Coelho (2010-2017). O artigo faz uma contextualização histórica da produção e receção destas obras, analisa alguns dos seus aspetos formais e a forma como determinados temas-chave, comuns à historiografia portuguesa do período do Estado Novo em particular e da primeira metade do século xx em geral, são analisados. Entre estes temas destacam-se as origens de uma suposta identidade nacional e de um “Estado” português no período medieval, os usos do termo “Reconquista”, a questão da existência ou não de feudalismo, os acontecimentos de 1383-1385 e as motivações para a expansão ultramarina. No final, far-se-á um balanço geral das diferenças e das semelhanças entre estas obras ao nível da abordagem dos vários temas.

Duas principais dificuldades metodológicas podem ser identificadas na análise destas “histórias de Portugal”. Em primeiro lugar, a variedade de temas, abordagens e autores. De facto, são obras na sua maioria muito extensas, que traduzem perspetivas muito diferentes sobre o período medieval. Em segundo lugar, a proximidade cronológica – dos 14 autores/coordenadores citados, 8 ainda estão vivos à data da escrita deste artigo, alguns deles ainda exercendo atividade profissional e académica significativa e tendo um grande peso institucional no contexto universitário português. Em relação a alguns deles, sobretudo aos que faleceram recentemente, há um constrangimento em analisar, de forma mais crítica, aspetos da sua obra que já não se coadunam com as perspetivas atuais dos estudos medievais. De facto, vários destes autores podem ser considerados verdadeiros “mestres” da medievística portuguesa, sendo as suas principais teses e interpretações ainda hoje largamente aceites pela generalidade dos principais medievalistas nacionais.

O CONTEXTO HISTÓRICO

À semelhança de outros contextos nas últimas décadas (Marshall, 2007; Groebner, 2008; Müller, 2010; Raposo, 2010; Ashton e Kline, 2012; Matthews, 2015; Sturtevant, 2018; Carpegna Falconieri, 2019; Alvestad e Houghton, 2021), a Idade Média tem desempenhado um papel significativo junto do grande público e da cultura popular portuguesa desde 1974. Campos como o cinema, a televisão, a literatura, a música ou o turismo são palcos privilegiados

deste interesse pelo passado medieval, que assume simultaneamente características nacionais e globais. Este interesse tem-se, naturalmente, estendido à historiografia de divulgação, com as biografias de monarcas a ocuparem um papel relevante, a par das várias “histórias de Portugal”, de diferentes formatos e escritas por autores com percursos profissionais diversos.

Vários fatores têm contribuído para a proliferação deste tipo de obras e para o interesse pelas mesmas por parte da população portuguesa. Em primeiro lugar, o crescente aumento do nível de escolarização – em especial da universitária – da população portuguesa. A título de exemplo, segundo dados da PORDATA, entre 1970 e 2021, a taxa de analfabetismo desceu de 25,7% para 3,1% (INE/PORDATA, 2023a) e, entre 1960 e 2021, a percentagem de população com mais de 15 anos com nível superior de escolaridade aumentou de 0,6% para 19,8% (INE/PORDATA, 2023b). Estes dados colocam Portugal entre os países do mundo com maiores índices de literacia (World Bank Group, 2024). Embora a percentagem de adultos com nível de educação superior esteja ainda muito abaixo da média da OCDE (OECD, 2022), os progressos neste campo são inegáveis. Por outro lado, o aumento do poder de compra da população portuguesa, pelo menos até à chamada “Grande Recessão” do final dos anos 2000 e início dos anos 2010 (Mateus, 2015, p. 67), possibilitou que um número cada vez maior de portugueses tivesse acesso a obras deste cariz, muitas delas de elevado preço por conterem ilustrações a cores e/ou serem publicadas em vários volumes. A título de exemplo, até 2006, terão sido vendidos mais de 100 mil exemplares da *História de Portugal* dirigida por José Mattoso (Sousa e Boissellier, 2006, p. 224) e, até 2021, 180 mil exemplares da *História Concisa de Portugal* (Saraiva, 2021).

Há ainda que salientar o desenvolvimento do ensino da história, em especial da história medieval, a nível universitário. Durante a fase final do Estado Novo já se verifica um incremento notável na produção de teses de licenciatura dedicadas ao período entre os séculos XI a XV. Contudo, é sobretudo a partir do início da década de 1980 que se começa a observar uma mudança maior, com o arranque dos primeiros mestrados em História Medieval, a multiplicação de teses de doutoramento, a presença constante de temáticas de Idade Média em publicações periódicas e a criação de revistas especializadas neste período histórico. Este desenvolvimento teve um impacto não apenas ao nível do público consumidor, mas sobretudo ao nível do número e da crescente especialização dos historiadores, vários dos quais contribuíram para a escrita das “histórias de Portugal” aqui analisadas. Temas como a história urbana e rural, a história das mentalidades, a diplomacia, as minorias etno-religiosas ou o comércio externo, até 1974 ausentes ou pouco presentes na historiografia portuguesa, começam a assumir uma grande preponderância não apenas nas

obras académicas mas também nas dirigidas ao grande público, como é o caso das histórias nacionais (Homem, Andrade e Amaral, 1988, pp. 116-136; Sousa e Boissellier, 2006, pp. 223-224).

Por fim, e não menos importantes do que os fatores anteriores, há que salientar as transformações políticas vividas na sequência da Revolução de 25 de Abril de 1974. Em primeiro lugar, a democratização da sociedade portuguesa, com a inerente liberdade de imprensa e de opinião – elementos ausentes do período do Estado Novo e que contribuíram para o facto de as “histórias de Portugal” produzidas nos últimos cinquenta anos serem marcadas por uma grande pluralidade ideológica. Em segundo lugar, são de assinalar os processos de descolonização e de integração europeia do país. Embora estes dois processos não tenham mudado por completo as formas de autorrepresentação nacional, fortemente marcadas por um imaginário lusotropicalista (Peralta, 2017, p. 59), porventura terão levado a uma renovação do interesse pela história do “Portugal europeu”, frequentemente entendido como o Portugal originado no século XII. A Idade Média surgiria, assim, como uma das bases de um imaginário nacionalista pós-colonial num mundo democrático, crescentemente neoliberalizado e globalizado, imaginário este que é patente nas várias “histórias de Portugal” produzidas durante os últimos cinquenta anos.

CARACTERÍSTICAS FORMAIS DAS OBRAS

As nove obras aqui analisadas podem ser observadas do ponto de vista qualitativo e quantitativo, atendendo a fatores tão diversos como o formato, a dimensão, os autores, a abordagem dos temas, os tipos de público e o peso do período medieval no cômputo geral das mesmas.

Formato

Apenas uma obra – a *História Concisa de Portugal* – pode ser considerada “livro de bolso”; cinco delas aproximam-se do formato A5; três do formato A4.

Seis obras contêm múltiplos volumes; três são publicadas num volume único.

Seis obras são escritas por vários autores; apenas três são escritas por um único autor.

Cinco possuem ilustrações – embora em quantidade muito variável; quatro obras não possuem quaisquer ilustrações no seu interior.

Dimensão

Em número de páginas e de volumes, a obra mais extensa é a *História de Portugal* de Joaquim Veríssimo Serrão, contabilizando mais de 9000 páginas e 18 volumes. Segue-se a *Nova História de Portugal* coordenada por

Joel Serrão e Oliveira Marques, com mais de 7000 páginas e 12 volumes (sendo que dois deles nunca foram publicados). A obra mais curta é, como o nome indica, a *História Concisa de Portugal*, com apenas 339 páginas.

Autores(as)

Das seis obras escritas por vários autores(as), apenas duas – a *Nova História de Portugal* e a *História de Portugal* dirigida por José Mattoso – são coordenadas por especialistas no período medieval. Das três obras de autor único, apenas uma (*História de Portugal*, de António Borges Coelho) é escrita por um medievalista. Ou seja, podemos dizer que o peso dos medievalistas na escrita/coordenação destas obras não é predominante.

Contando com todos os autores participantes nas obras coletivas, colaboraram na escrita destas obras 256 autores(as), de gerações, campos ideológicos e percursos académicos e profissionais bastante distintos. Este elevado número de autores é, em grande medida, reflexo da crescente especialização dos estudos históricos em Portugal ao longo do século xx. A obra com maior número de autores participantes é a *História de Portugal* dirigida por João Medina, com 89 autores.

Do total destes 256 autores, 35 (cerca de 14%) podem ser considerados especialistas em história medieval.

Destes 35 medievalistas, 14 são mulheres, ou seja mais de 1/3 – o que é de assinalar num meio profissional tradicionalmente masculino. No entanto, nenhuma destas mulheres coordena qualquer uma das obras colaborativas ou é autora de qualquer uma das obras individuais.

De todos os medievalistas, a esmagadora maioria nasceu entre as décadas de 1930 e 1950 – o que é normal dado o período em que estas obras foram produzidas. É interessante também assinalar que apenas quatro destes medievalistas – António Augusto Ferreira da Cruz, António José Saraiva, Armando de Castro e António Borges Coelho – nasceram antes da década de 1930. Este dado poderá indiciar duas coisas: a relativa pobreza de especialistas em história medieval formados durante a fase inicial do Estado Novo (Mattoso, 1982, p. 148) e a necessidade por parte dos coordenadores destas “histórias de Portugal” de operar um corte geracional com a historiografia produzida durante este regime político.

Os medievalistas com maior número de participações em obras coletivas são José Mattoso e Maria Helena da Cruz Coelho (três obras cada).

Abordagem aos temas

Todas as obras contêm capítulos de cariz narrativo/diacrónico, mas também outros que analisam estruturas, utilizando uma perspetiva sincrónica.

O peso relativo de cada abordagem, no entanto, varia: por norma, as obras de maior extensão concedem uma importância relativa maior às estruturas do que às conjunturas; nas de menor extensão, verifica-se o oposto.

Tipos de público

Sendo algo relativo, podemos considerar que variam bastante. Pelo tipo de análise (privilegiando as estruturas sobre as conjunturas) e abordagem (fazendo referência a vários estudos académicos), a *Nova História de Portugal* é provavelmente a obra mais direcionada para um público especializado/académico. No extremo oposto podemos encontrar obras como a *História Concisa de Portugal*, de José Hermano Saraiva, ou a *História de Portugal*, de António Borges Coelho, sobretudo direcionadas a um público leigo/não especializado.

Peso da Idade Média

Se examinarmos a percentagem de páginas de cada uma das obras que é dedicada ao período medieval, essa percentagem varia bastante. Esta variação poderá estar relacionada com dois fatores: a área de especialização dos seus autores ou coordenadores e as preferências editoriais. A título de exemplo, a *História de Portugal* de António Borges Coelho – conhecido pelos seus trabalhos em torno da história do Al-Andalus e dos acontecimentos de 1383-1385 – concede quase um terço das suas páginas à Idade Média; já a dirigida por João Medina – um historiador especialista em temas de história contemporânea – não atribui mais que 10% do seu espaço ao período medieval. Por outro lado, a *História de Portugal* dirigida por José Mattoso debruça-se sobre a Idade Média em menos de 1/5 do total das suas páginas, o que poderá ser estranho dada a importância deste medievalista no panorama historiográfico nacional. Um dado significativo é que o autor que concede mais páginas à Idade Média nas suas obras é José Hermano Saraiva – quase metade na *História de Portugal* por ele dirigida e cerca de um terço na *História Concisa de Portugal*. Embora seja difícil tirarmos grandes ilações deste dado, é possível que a ligação política e ideológica deste autor ao Estado Novo (foi ministro da Educação entre 1968 e 1970) – um período durante o qual a história contemporânea era fortemente minorizada em detrimento de outras épocas da história nacional – tenha contribuído para esta opção.

OS TEMAS

AS ORIGENS DA “IDENTIDADE NACIONAL”
E DO “ESTADO” PORTUGUÊS

Tema caro à historiografia dos séculos XIX e XX, as origens da identidade nacional portuguesa assumem uma importância menor nas várias “histórias de Portugal” publicadas durante os últimos cinquenta anos. Afirmadas as chamadas teorias modernistas em torno da origem das nações e dos movimentos nacionalistas (Anderson, 1983; Gellner, 1983; Hobsbawm, 1990), são praticamente abandonadas as tentativas de encontrar uma consciência nacional no período medieval – tentativas estas realizadas por autores como Damião Peres ou Alfredo Pimenta, sobretudo durante a fase inicial do Estado Novo (Peres, 1938; Pimenta, 1940). Ainda assim, podemos encontrar uma referência à teoria da suposta “origem suévica” da nacionalidade portuguesa – postulada por autores como Luís Gonzaga de Azevedo ou Sérgio da Silva Pinto (Azevedo, 1939, pp. 47-77; Mattoso, 1998, pp. 40-41) – que não é propriamente desmentida na *História Concisa de Portugal*, de José Hermano Saraiva (1978, p. 18). Até Joaquim Veríssimo Serrão, autor cuja amizade com Marcello Caetano é conhecida, repudia esta tese, afirmando na sua *História de Portugal* que a autonomia do Condado Portucalense não pode ser fixada no período do reino suevo (Serrão, 1995, p. 56). Ainda assim, nesta mesma obra, o autor sublinha as “longas raízes” da nação portuguesa. Segundo Veríssimo Serrão, no século XI existiria já, sem quaisquer dúvidas, “um sentimento de ‘portugalidade’”, sentimento este que se fortaleceria durante os acontecimentos de 1383-1385 e que levaria Portugal a tornar-se num verdadeiro “País” no início do século XV (Serrão, 1995, p. 13).

Porém, a partir da década de 1980, estas teses sobre uma suposta origem medieval da identidade nacional portuguesa começam a perder força. No primeiro volume da *História de Portugal* dirigida por José Hermano Saraiva, José Mattoso refere que, embora o Condado Portucalense houvesse criado “vínculos humanos, culturais, sociais, económicos e políticos entre os seus habitantes”, o surgimento de uma “consciência nacional” seria um fenómeno muito mais tardio e paulatino (Mattoso, 1986a, p. 439). Também António Borges Coelho, no terceiro volume da *História de Portugal* dirigida por João Medina, critica o uso do termo “nação” para caracterizar o reino português no século XII e recorda que a consciência nacional, tal como hoje a conhecemos, não existiria naquele tempo (Coelho, 1995, p. 97).

Embora a generalidade dos autores das “histórias de Portugal” não adote uma perspetiva perenialista sobre as origens da nação, no que toca à existência de um suposto “Estado” na Idade Média, as opiniões divergem. De facto, alguns

historiadores, sobretudo os das gerações mais recuadas, parecem projetar concepções modernas do poder político no período medieval. O primeiro exemplo pode ser encontrado precisamente no primeiro volume da *História de Portugal* de Joaquim Veríssimo Serrão (sintomaticamente intitulado *Estado, Pátria e Nação (1080-1415)*), no qual este autor considera que Portugal se havia tornado num “Estado com fronteiras próprias” no século XII. Outro exemplo pode ser encontrado no segundo volume da *História de Portugal* de António Borges Coelho, no qual este autor considera o dia da Batalha de São Mamede como a “data simbólica do nascimento formal do Estado que se intitularia ‘Portugal’” (Coelho, 2010, p. 19). Até mesmo José Mattoso, na *História de Portugal* dirigida por José Hermano Saraiva, se refere ao Condado Portucalense como “um país independente” (Mattoso, 1986a, p. 439). Mais adiante na mesma obra e no primeiro capítulo da *História de Portugal* organizada por José Tengarrinha, Mattoso salienta a precocidade de Portugal na formação de um “Estado”, atribuindo este processo à ação política de Afonso II (Mattoso, 1986b, p. 533; Mattoso, 2000, p. 14). Também Oliveira Marques, no quarto volume da *Nova História de Portugal*, afirma que uma das várias crises que marcaram Portugal nos séculos XIV e XV foi “o derradeiro combate” entre o “Estado feudal e o Estado burocrático centralizado” (Marques, 1987, p.13).

Apesar do aparente anacronismo de tais visões, também é possível encontrar uma crítica às mesmas. Uma delas vem precisamente de Mattoso que, no segundo volume da *História de Portugal* por ele dirigida, critica o olhar da historiografia tradicional que, na sua opinião, resultaria da “ projecção inconsciente da moderna organização militar e da autoridade dos chefes de Estado actuais em matéria de guerra externa” (Mattoso, 1992, p. 479). Contudo, o autor cujas críticas mais visam o olhar anacrónico sobre a administração política do reino medieval português é Bernardo Vasconcelos e Sousa. Na *História de Portugal* coordenada por Rui Ramos, este historiador alerta para o facto de as transformações políticas operadas pela coroa portuguesa nos séculos XIII e XIV não terem, de todo, conduzido ao “actual conceito de Estado” (Sousa, 2009, pp. 106-107). Um pouco adiante na mesma obra, Vasconcelos e Sousa, referindo-se à política centralizadora do Infante D. Pedro, considera que a mesma não teria correspondido a “um ‘programa’ completo e coerente com vista à ‘construção de um Estado moderno’” (Sousa, 2009, p. 157).

Em conclusão, as várias “histórias de Portugal” espelham uma evolução no que toca aos debates em torno de uma suposta identidade nacional e da existência de um Estado português no período medieval. Nas obras publicadas na década de 1970 é possível ainda encontrar resquícios de uma “teoria perenialista” sobre a nação portuguesa, que é rapidamente abandonada a partir da década seguinte. Já no que toca à noção de “Estado” no contexto medieval,

vários dos autores nascidos até à década de 1930 (Veríssimo Serrão, Borges Coelho, Oliveira Marques e Mattoso) empregam-na com alguma regularidade até bastante tarde, sendo a sua crítica apenas visível a partir dos anos de 1990.

USO DO TERMO “RECONQUISTA”

Também no que toca à caracterização do fenómeno habitualmente designado como “Reconquista” se podem encontrar diferenças geracionais significativas. De facto, os autores nascidos até à década de 1920 utilizam ainda o conceito sem o problematizar, de forma a descrever o longo processo segundo o qual os reinos cristãos da Península Ibérica – Portugal incluído – teriam recuperado os territórios perdidos pelo reino visigótico para o domínio muçulmano. Esta interpretação, insere-se, de resto, no contexto de uma boa parte da historiografia ibérica contemporânea, de acordo com a qual a suposta oposição total entre cristãos e muçulmanos seria uma das chaves explicativas para a formação das identidades nacionais ibéricas durante a Idade Média (Ríos Saloma, 2011, pp. 153-322; Ríos Saloma, 2013; Porrinas González, 2024). No contexto de Espanha, esta narrativa, hegemónica durante a ditadura franquista, manteve a sua predominância nos sectores conservadores da sociedade até à atualidade, apesar da sua coexistência com outro paradigma que afirma a necessidade de integrar o Al-Andalus na história e na identidade nacional espanholas (García-Sanjuán, 2018, pp. 127-145).

Nas “histórias de Portugal” analisadas neste artigo, um primeiro exemplo do emprego do termo “Reconquista” pode ser encontrado na obra de Joaquim Veríssimo Serrão. Segundo este autor, este suposto processo histórico teria constituído uma das fases da formação de Portugal – a primeira parte do primeiro volume intitula-se precisamente “Das origens à Reconquista cristã”. De acordo com Serrão, a suposta “Reconquista” ter-se-ia iniciado com a Batalha de Covadonga e marcaria profundamente o processo de constituição do reino de Portugal, ao criar inúmeras “áreas desertas no interior do Condado [Portugalense], verdadeiras ‘terras de ninguém’” – aqui ecoando a antiga “teoria do ermamento”. Para Veríssimo Serrão, a “Reconquista cristã” teria sido a “vocação” do “Estado” português na sua origem, conduzindo-o à “autonomia política” (Serrão, 1995, pp. 57, 89, 107). Também António Augusto Ferreira da Cruz – historiador nascido em 1919 –, num dos capítulos da *História de Portugal* dirigida por José Hermano Saraiva, descreve o processo como a “reacção imediata por parte dos naturais da Península e de outras forças que vieram a juntar-se-lhes” ao domínio muçulmano, embora critique a “teoria do ermamento” e considere que a denominada “Reconquista” só tenha assumido características de cruzada após a Batalha de Zalaca (Cruz, 1986, pp. 294-297,

309). Uma posição algo ambígua pode ser encontrada na *História Concisa de Portugal*. Nesta obra, José Hermano Saraiva usa o termo “Reconquista” entre aspas no título de um dos subcapítulos e considera que o recuo dos potentados muçulmanos peninsulares se deveu mais a “guerras internas” do que a “uma sistemática reconquista cristã”. Embora, à semelhança de António Cruz, este autor negue também a existência do “ermamento”, o autor acaba por empregar a palavra “reconquista” por diversas vezes nas páginas adiante, entrando em generalizações sobre o antagonismo religioso entre cristãos e muçulmanos no contexto peninsular (Saraiva, 1978, pp. 28-30, 66-69).

Tal como sucede com a questão do uso do termo “Estado”, desde a década de 1990 que se verifica uma crítica a este tipo de visões tradicionais sobre a denominada “Reconquista”. Na *História de Portugal* por ele dirigida, José Mattoso questiona estas leituras que, na sua opinião, serviriam sobretudo propósitos nacionalistas ao estabelecerem um “centenário combate entre cristãos e Muçulmanos, entre os legítimos herdeiros do reino visigótico e os usurpadores de uma raça e de uma religião estrangeiras”. De acordo com o historiador, apenas a partir do século XI se teriam verificado as grandes expedições de conquista cristã, havendo uma projecção por parte das fontes deste período sobre os acontecimentos de épocas anteriores (Mattoso, 1992, pp. 441-444). Também Maria Ângela Beirante, numa parte precisamente intitulada “A ‘Reconquista’ cristã” do segundo volume da *Nova História de Portugal*, menciona o carácter equívoco do conceito de “Reconquista”, mostrando o contraste entre a visão tradicional de autores como Claudio Sánchez-Albornoz e a da historiografia espanhola da década de 1980, que procurou desconstruir o mesmo (Beirante, 1993, pp. 253-254). Já mais recentemente, na *História de Portugal* coordenada por Rui Ramos, Bernardo Vasconcelos e Sousa considera que a “Reconquista” ibérica, “entendida como uma série planeada de expedições militares de grande envergadura, com o objectivo de conquistar territórios e cidades aos muçulmanos”, só se teria realmente iniciado em meados do século XI. Este autor adota também uma perspetiva mais global sobre o fenómeno, considerando-o “parte integrante de um movimento geral de expansão do Ocidente cristão entre o século X e o final do século XIII” (Sousa, 2009, pp. 18-19).

À semelhança do que sucede com a questão da identidade nacional e do Estado portugueses, há assim uma evolução ao nível da conceptualização e do uso do termo “Reconquista” nas “histórias de Portugal” aqui examinadas. Se até à década de 1980 se pode ainda observar uma utilização do conceito no sentido tradicional do termo – como um processo de conquista iniciado pelos cristãos logo após a conquista árabe no século VIII e apenas terminado em 1492 –, a partir da década de 1990 aparecem já leituras que procuram

desconstruir ou relativizar esta visão. No entanto, nenhum dos autores rejeita liminarmente o uso do termo.

A QUESTÃO DO FEUDALISMO

Debate antigo na historiografia portuguesa, a existência ou não de feudalismo no contexto português medieval é um tema que surge com alguma frequência nas várias “histórias de Portugal” aqui analisadas. À semelhança do emprego do termo “Reconquista”, podemos verificar uma dicotomia cronológica quanto à aplicabilidade do conceito ao contexto português entre as obras publicadas até à década de 1980 e as seguintes.

No primeiro campo, e seguindo as teses que José Mattoso (1992, pp. 492-495) caracteriza como “juridicionistas” ou da “escola institucionalista” – que remontavam a Herculano (1843-1844, pp. 371-373 e 395) e foram depois desenvolvidas por autores como Gama Barros (1885, pp. 204-206), Manuel Paulo Merêa (1923, p. 2) e Torquato de Sousa Soares (1939, pp. 16-17) – podemos encontrar autores que negam terminantemente a existência de feudalismo no contexto português. É o caso de Joaquim Veríssimo Serrão e de José Artur Duarte Nogueira – autor de um dos capítulos do primeiro volume da *História de Portugal* dirigida por José Hermano Saraiva. Segundo ambos os autores, teria existido “em Portugal um regime senhorial, mas não suficientemente forte para abalar o poder régio” (Serrão, 1995, pp. 315-317) ou capaz de pulverizar completamente os “atributos da soberania” (Nogueira, 1986, pp. 774-776). No campo oposto, e refletindo de alguma forma a influência das teses marxistas partilhadas por autores como Armando de Castro (1964), António Borges Coelho (1965 e 1973) e Álvaro Cunhal (1975), estão os historiadores que admitem a existência de estruturas do tipo feudal no contexto português. É o caso de José Mattoso, Oliveira Marques e Bernardo Vasconcelos e Sousa, muito embora ressalvem que estas estruturas não tenham atingido “um desenvolvimento idêntico ao que se convencionou chamar o ‘feudalismo clássico’” (Mattoso, 1992, p. 496), a “perfeição de uma França ou de uma Alemanha” (Marques, 1996, p. 503), ou originado uma “‘pirâmide feudal’ clássica, própria, por exemplo, de regiões do Norte da França nesta mesma época” (Sousa, 2009, pp. 68-69). Outros autores, como o próprio Mattoso no segundo volume da *História de Portugal* por ele dirigida (1993, pp. 15-16, 165-205), Hermenegildo Fernandes (1995, pp. 205-209) e Maria Rosa Ferreira Marreiros (1996, p. 585) – em capítulos respetivamente publicados na *História de Portugal* dirigida por João Medina e na *Nova História de Portugal* –, salientam ainda os diferentes graus de implantação do regime senhorial no território português, cujo epicentro foi a região de Entre Douro e Minho. Seguindo as teses desenvolvidas por Mattoso, Bernardo Vasconcelos e Sousa define este regime

como “a forma de enquadramento das relações sociais entre os senhores e os seus dependentes”, distinguindo-o assim do conceito de “feudalismo”, que, nas palavras deste autor, “diz respeito a relações internas à nobreza” (Sousa, 2009, pp. 67-68).

Podemos assim concluir que, à semelhança do conceito de “Reconquista”, verificamos uma crescente problematização do conceito de feudalismo nas várias “histórias de Portugal” aqui analisadas. Porém, ao contrário do conceito anterior, o de “feudalismo” sofre um processo de relativa aceitação a partir da década de 1990, não obstante as várias polémicas historiográficas em torno da sua aplicabilidade ao contexto medieval português. Apesar de raramente o usarem no sentido marxista do termo, os vários autores reconhecem a sua relevância conceptual e historiográfica para caracterizar as relações de suserania e vassalagem dentro da nobreza portuguesa durante a Idade Média.

OS ACONTECIMENTOS DE 1383-1385

O tema da história medieval portuguesa mais polémico entre os autores das histórias nacionais aqui analisadas é, porventura, a conjuntura de 1383-1385. De facto, nestas obras, assistimos a uma continuação do aceso debate historiográfico em torno dos acontecimentos que levaram ao fim da Dinastia Afonsina e à fundação da Dinastia de Avis. “Crise” e “revolução” são os dois termos mais utilizados para os caracterizar. No primeiro campo, podemos encontrar autores como Joaquim Veríssimo Serrão (1995, pp. 14, 27, 294, 304) ou Bernardo Vasconcelos e Sousa (2009, pp. 131 e 146-148). No segundo, historiadores como José Mattoso (1986c, pp. 194-196; 2000, p. 16) e António Borges Coelho (1995, pp. 168-189; 2010, pp. 333-335). Outros autores, como José Hermano Saraiva (1978, pp. 91-110; 1986b, pp. 75-96), Armindo de Sousa (1993, p. 495) – na *História de Portugal* dirigida por José Mattoso – e Humberto Baquero Moreno (2000, pp. 52-53) – na *História de Portugal* organizada por José Tengarrinha –, oscilam entre os dois. Oliveira Marques opta pela expressão “guerra civil” e pelo termo “interregno” (Marques, 1987, pp. 512 e 523). Independentemente da terminologia usada, as interpretações sobre os acontecimentos são bastante divergentes.

No campo dos que utilizam maioritariamente a palavra “crise”, existem duas leituras praticamente opostas. No caso de Veríssimo Serrão, 1383-1385 teria sido a “primeira grande crise que dividiu a Nação portuguesa”, opondo dois campos distintos: “Os que consideravam legítimo, à face do Direito, obedecer a D. Beatriz ou não viam que a ‘legal’ submissão a Castela pusesse em causa a Independência; e os que, num primário impulso de consciência nacional, sentiam a ameaça que pairava sobre o Reino.” Para o autor, não se trataria, pois, de “uma luta de classes, mas apenas o choque entre pessoas de vários

estratos que tomaram posições ideológicas diferentes” (Serrão, 1995, pp. 294-302). Veríssimo Serrão está assim, no fundo, a veicular as teses nacionalistas sobre os acontecimentos de 1383-1385 partilhadas por vários autores do final do século XIX e da primeira metade do XX como Oliveira Martins (1882, pp. 145-159), João Ameal (1940, pp. 149-154) ou Manuel Múrias (1927, p. 345; 1940, p. 8). Já para Bernardo Vasconcelos e Sousa, os referidos acontecimentos teriam correspondido a uma “crise dinástica” que teria agravado uma crise económica e social já existente e que era comum a toda a Europa do século XIV. Apesar da agitação social e das alterações verificadas na administração régia, no seio da nobreza e ao nível do predomínio do mundo urbano sobre o rural, o autor considera que “não se operou nenhuma transformação radical nas estruturas materiais da sociedade da época nem vemos uma ‘nova classe’ a ‘tomar o poder’” (Sousa, 2009, pp. 131 e 146-148).

Também entre os que caracterizam os acontecimentos de 1383-1385 como uma “revolução” predominam dois olhares distintos. O primeiro, partilhado por autores como José Hermano Saraiva e José Mattoso na *História de Portugal* dirigida pelo primeiro, considera que, não obstante as convulsões sociais e os antagonismos de classe vividos durante aquela conjuntura, não se teria verificado “uma transformação basilar das estruturas sociais” (Mattoso, 1986c, p. 196), nem uma substituição das elites políticas – mas sim uma perda relativa do papel político da “classe dominante” em favor da coroa (Saraiva, 1986b, pp. 95-96). Para Mattoso, a conjuntura de 1383-1385 seria perfeitamente compreensível à luz das revoltas medievais coevas, nascidas de “cóleras populares, destruidoras e anárquicas, sem continuidade nem orientação definitiva”. Na visão deste historiador, as interpretações sobre estes acontecimentos estariam excessivamente toldadas por “objectivos políticos”, de cariz ora materialista ora idealista (Mattoso, 1986c, pp. 194-196). Tanto no caso de Saraiva como de Mattoso, o uso do termo “revolução” para este contexto histórico surge de forma esporádica e sem grande grau de teorização. Se o primeiro autor afirma que a criação da Casa dos Vinte e Quatro teria sido “uma inovação revolucionária na administração municipal da época” (Saraiva, 1986b, p. 82), o segundo sublinha apenas a “participação maciça” das “forças populares” nos levantamentos contra “os detentores do poder” verificados em diversas localidades portuguesas entre 1383 e 1385 (Mattoso, 1986c, p. 199).

Num campo diametralmente oposto está uma figura como António Borges Coelho, cujos estudos em torno daquilo que ele denomina “a ‘revolução de 1383’” (Coelho, 1965) foram já objeto de investigação historiográfica (Neves, 2008, pp. 313-353). De facto, quer no capítulo da sua autoria na *História de Portugal* dirigida por João Medina quer na sua própria *História de Portugal*, este autor salienta o carácter alegadamente revolucionário dos acontecimentos

que marcaram Portugal no final do século xiv, usando mesmo a expressão “o poder caiu na rua” (Coelho, 1995, p. 168; 2010, p. 333). Para Borges Coelho, a conjuntura de 1383-1385 poder-se-ia essencialmente caracterizar como uma “revolução burguesa e nacional” (Coelho, 1995, p. 182) que trouxe transformações radicais ao elevar social e politicamente os representantes dos concelhos e da nova nobreza em detrimento da antiga classe nobre. Além disso, teria provocado também mudanças económicas significativas, nomeadamente o crescimento do poder das grandes cidades, da produção mercantil e do comércio marítimo (Coelho, 1995, pp. 187-189). No fundo, Borges Coelho adota as teses desenvolvidas por autores ligados ao republicanismo da primeira metade do século xx como Basílio Teles (1901, pp. 5-59 e 346-347), António Sérgio (1923, pp. 24-25; 1929, pp. 73-88), Jaime Cortesão (1929, pp. 14, 66-67) e Alberto da Veiga Simões (1933), que caracterizaram os acontecimentos de 1383-1385 como uma revolução económica e social.

Podemos assim dizer que, além de divergências profundas na terminologia usada para caracterizar a conjuntura de 1383-1385, também se encontram discordâncias significativas na interpretação dos acontecimentos. Se a maioria dos autores concorda em relativizar as transformações sociais operadas por 1383-1385, entre dois dos autores nascidos antes da década de 1930 permanecem duas visões diametralmente opostas herdadas da historiografia da primeira metade do século xx. A primeira – partilhada por um autor próximo do marcelismo como Joaquim Veríssimo Serrão – enfatiza o carácter nacionalista da crise dinástica, interpretando-a como uma espécie de “guerra civil” entre os partidários de uma causa supostamente “nacional” e de outra alegadamente identificada com interesses “estrangeiros”. A segunda – exposta por um historiador com antigas ligações ao Partido Comunista Português como António Borges Coelho – salienta o cariz revolucionário de 1383-1385, procurando demonstrar as profundas transformações socioeconómicas operadas por estes acontecimentos.

AS CAUSAS DA EXPANSÃO ULTRAMARINA

À semelhança da questão do feudalismo, podemos observar um relativo consenso entre os autores das várias obras relativamente às causas para a expansão ultramarina portuguesa. Tema polémico e altamente politizado na historiografia tardo-oitocentista e durante a primeira metade do século xx (Marques, 1991; Ramos, 1997; Matos, 1998b; Neves, 2008, pp. 322-325; Costa, 2011, p. 593), a expansão marítima surge como um dos temas mais importantes nas “histórias de Portugal” publicadas depois do 25 de Abril. A conclusão do processo de descolonização em África, em 1976, como que encerra um “capítulo” da história nacional, possibilitando um maior distanciamento ideológico face à temática.

Ainda assim, tal como relativamente à questão de 1383-1385, podemos encontrar uma dualidade ao nível da terminologia, que se divide essencialmente entre “descobrimentos” (ou “descobertas”) e “expansão”. No primeiro campo encontramos autores como Joaquim Veríssimo Serrão, António Dias Farinha (1995, p. 42) – no capítulo dedicado ao Infante D. Henrique na *História de Portugal* dirigida por João Medina – e António Augusto Marques de Almeida (2000, pp. 79-88) – num capítulo da *História de Portugal* organizada por José Tengarrinha precisamente intitulado “Saberes e práticas de ciência no Portugal dos Descobrimentos”. No espectro oposto está Bernardo Vasconcelos e Sousa (2009, pp. 171-196), que utiliza unicamente o termo “expansão” e faz apenas uma alusão às “viagens de exploração da costa africana”. Porém, a maioria dos autores opta pelo termo “descobrimentos”/“descobertas” e por “expansão” consoante a realidade a que se referem – as viagens de exploração ou as conquistas militares e a colonização portuguesa no geral (Saraiva, 1978, pp. 119-127; 1986a, p. 2; 1986c, pp. 381-393; Marques, 1987, pp. 512, 540-559; Sousa, 1993, p. 499; Serrão, 1996, pp. 119-202; Coelho, 2000, pp. 59-67). Autores como José da Silva Horta (1995, pp. 121-122) – na *História de Portugal* dirigida por João Medina – e Borges Coelho (2000, pp. 59-61) – na *História de Portugal* organizada por José Tengarrinha – fazem também uma reflexão em torno do conceito de “descobrimentos”, salientando o seu cariz eminentemente subjetivo e ideológico.

Em todo o caso, e contrariamente às teses de autores identificados com o Estado Novo como Alfredo Pimenta (1934, pp. 122-130), João Ameal (1940, pp. 202-203) ou Caetano Beirão (1960, p. 49), no caso destas obras não podemos encontrar uma primazia das motivações religiosas ou políticas para explicar a expansão ultramarina portuguesa. Mesmo autores mais identificados com o Estado Novo como Joaquim Veríssimo Serrão (1996, pp. 120-123) ou José Hermano Saraiva (1978, pp. 121-125; 1986c, pp. 382-385) salientam a multiplicidade de fatores que terão presidido ao processo, nomeadamente os de cariz geográfico e económico. De facto, desde o período do Estado Novo que autores ligados ao republicanismo, como Jaime Cortesão (1930a; 1930b; 1931, pp. 333-344; 1932, pp. 198-204), Duarte Leite (1930 e 1942), Veiga Simões (1933 e 1938) ou Vitorino Magalhães Godinho (1940, p. 50; 1944, pp. 95-101) vinham alertando para esta pluralidade de motivações para a expansão ultramarina. Na linha destas teses, historiadores como Oliveira Marques (1987, pp. 541-543) e Bernardo Vasconcelos e Sousa (2009, pp. 141-143, 172-178, 195) procuram também inserir o movimento expansionista português num contexto mais amplo – o da crise económica europeia dos séculos XIV e XV – ao mesmo tempo que demonstram como o fenómeno deve ser entendido nas suas múltiplas vertentes.

Podemos assim afirmar que, não obstante alguma variação terminológica no que toca ao uso de conceitos como “descobrimentos” e “expansão”, o tema da

expansão ultramarina reúne um relativo consenso entre os autores das várias “histórias de Portugal” publicadas nos últimos cinquenta anos. À semelhança das análises sobre os acontecimentos de 1383-1385, os historiadores aqui analisados consideram que a dicotomia entre a historiografia de cariz idealista/nacionalista postulada pelo Estado Novo e a de cariz materialista/marxista defendida por vários opositores do regime poderá ser ultrapassada em nome de um reconhecimento da multiplicidade de fatores que presidiram ao fenómeno da expansão marítima.

CONCLUSÕES

As várias “histórias de Portugal” produzidas em Portugal desde o alvor do regime democrático constituem uma espécie de sùmula das transformações historiográficas verificadas no país nos últimos cinquenta anos. Estas são observáveis tanto ao nível formal como ao nível do conteúdo de cada uma destas obras. No caso dos capítulos dedicados à Idade Média, é possível chegarmos a algumas conclusões.

Em primeiro lugar, o relativo pouco peso da história medieval no cômputo geral destas obras, sobretudo ao nível do número de especialistas neste período histórico. Este dado poderá refletir a por vezes denominada “crise dos estudos medievais”, observável noutros pontos do mundo, com a perda de importância relativa desta época histórica face a outras – nomeadamente a contemporânea (Almeida, 2017, p. 94; Carpegna Falconieri, 2019, p. 218; Bastos, 2023, p. 44). Em segundo lugar, o elevado número de autoras, o que poderá espelhar a crescente feminização de um campo tradicionalmente masculino. Por outro lado, o facto de não existirem mulheres a coordenar ou a assinar nenhuma destas obras poderá ser exemplificativo de um certo conservadorismo neste campo de estudos. Em terceiro lugar, o reduzido número de autores/as nascidos/as antes da década de 1930 e o grande peso de autores/as nascidos/as entre 1931 e 1960. Se, por um lado, estes dados demonstram as ruturas verificadas ao nível geracional nos estudos medievais do pós-25 de Abril, por outro lado, eles poderão ser sintomáticos das dificuldades em renovar este campo de estudos.

Do ponto de vista do conteúdo, as “histórias de Portugal” analisadas neste artigo estão também marcadas por profundas ruturas e continuidades. Temas como a identificação de uma suposta identidade nacional ou da formação do “Estado português” no período medieval, bem como os usos dos conceitos de “Reconquista” e “feudalismo”, demonstram uma evolução clara nas quase quatro décadas aqui analisadas. Se as obras publicadas até à década de 1980 indiciam, no que toca a estes temas, uma certa continuidade com os

pressupostos veiculados pela historiografia do período do Estado Novo (e até anterior), a partir da década de 1990 começamos a observar uma desconstrução de várias destas ideias. Em termos de consenso historiográfico, as motivações para a expansão ultramarina destacam-se como o tema sobre o qual as interpretações veiculadas quer pelos autores afetos ao Estado Novo quer pelos da denominada “escola marxista” são apresentadas como, em larga medida, ultrapassadas. Já no que toca aos acontecimentos de 1383-1385, é possível observar uma discordância entre a maioria dos autores e António Borges Coelho, que, na continuação das suas teses publicadas na década de 1960, sublinha o carácter revolucionário destes eventos.

Este artigo constitui um primeiro esboço das representações da história medieval nas várias “histórias de Portugal” do período democrático. Para um estudo mais aprofundado, seria útil recorrer a outro tipo de fontes, nomeadamente a história oral produzida pelos autores e coordenadores destas obras, a correspondência pessoal dos mesmos, bem como a sua correspondência com as editoras que as publicaram. Em todo o caso, parece ficar claro como este tipo de obras continua a moldar o imaginário da população portuguesa sobre a Idade Média. Como o historiador Stefan Berger (2007, p. 16) afirma, “enquanto o Estado-nação permanecer um ponto de referência político importante, as histórias nacionais continuarão a ameaçar a escrita da história”.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, A. A. M. (2000), “Capítulo 5. Saberes e práticas de ciência no Portugal dos Descobrimentos”. In J. Tengarrinha (org.), *História de Portugal*, Lisboa e São Paulo, Instituto Camões e EDUSC – UNESP, pp. 79-88.
- ALMEIDA, F. (2018), *História de Portugal*, volume 5, Porto, Book Cover Editora.
- ALMEIDA, N. B. (2017), “Um destino em crise. A inserção social e institucional dos estudos de História Medieval”. *Revista Chilena de Estudios Medievales*, 11, pp. 92-114.
- ALVESTAD, K. C., HOUGHTON, R. (eds.) (2021), *The Middle Ages in Modern Culture. History and Authenticity in Contemporary Medievalism*, Londres e Nova Iorque, Bloomsbury.
- AMEAL, J. (1940), *História de Portugal*, Porto, Livraria Tavares Martins.
- ANDERSON, B. (1983), *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, Londres e Nova Iorque, Verso.
- ARRUDA, J. J., TENGARRINHA, J. M. (1999), *Historiografia Luso-Brasileira Contemporânea*, Bauru, Instituto Camões e EDUSC.
- ASHTON, G., KLINE, D. T. (2012), *Medieval Afterlives in Popular Culture*, Nova Iorque, Palgrave Macmillan.
- AZEVEDO, L. G. (1939), *História de Portugal*, volume 2, Lisboa, Edições Búlion.
- BARROS, H. G. (1885), *Historia da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*, volume 1, Lisboa, Imprensa Nacional.

- BASTOS, M. J. M. (2023), "A militant and peasant-based medieval history in Brazil: fanning the spark of hope". In N. R. Altschul e M. Ruhlmann (eds.), *Iberoamerican Neomedievalisms. "The Middle Ages" and Its Uses in Latin America*, Leeds, Arc Humanities Press, pp. 41-62.
- BEIRANTE, M. A. (1993), "A 'Reconquista' cristã". In J. Serrão e A. H. O. Marques (dir.), *Nova História de Portugal*, Lisboa, Presença, pp. 253-363.
- BEIRÃO, C. (1960), *História Breve de Portugal*, Lisboa, Editorial Verbo.
- BERGER, S. (2007), *Writing the Nation. A Global Perspective*, Basingstoke, Palgrave Macmillan.
- BERGER, S., LORENZ, C. (eds.) (2010), *Nationalizing the Past. Historians as Nation Builders in Modern Europe*, Basingstoke, Palgrave Macmillan.
- CARPEGNA FALCONIERI, T. (2019), *The Militant Middle Ages. Contemporary Politics between New Barbarians and Modern Crusaders*, Leiden, Brill.
- CASTRO, A. (1964), *A Evolução Económica de Portugal dos Séculos XII a XV*, volume 1, Lisboa, Portugália Editora.
- COELHO, A. B. (1965), *A Revolução de 1383. Tentativa de Caracterização. Importância Histórica*, Lisboa, Portugália Editora.
- COELHO, A. B. (1973), *Comunas ou Concelhos*, Lisboa, Prelo Editora.
- COELHO, A. B. (1995), "O tempo e os homens: séculos XII-XIV". In J. Medina (dir.), *História de Portugal. Dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias*, volume 3, Amadora, Clube Internacional do Livro, pp. 93-193.
- COELHO, A. B. (2000), "Capítulo 4. Os argonautas portugueses e o seu velo de ouro (séculos XV-XVI)". In J. Tengarrinha (org.), *História de Portugal*, Lisboa e São Paulo, Instituto Camões e EDUSC – UNESP, pp. 59-77.
- COELHO, A. B. (2010), *História de Portugal*, volume 2: *Portugal Medieval*, Alfragide, Caminho.
- CORTESÃO, J. (1929), "Os factores democráticos na formação de Portugal". In L. Montalvor (ed.), *História do Regimen Republicano em Portugal*, volume 1, Lisboa, Ática, pp. 10-96.
- CORTESÃO, J. (1930a), "A missão histórica e o problema nacional dos Portugueses". *Revista Portuguesa*, 1 (1) (1930): 5-8.
- CORTESÃO, Jaime (1930b), *L'expansion des portugais dans l'histoire de la civilization*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1930.
- COSTA, J. P. O. (2011), "The beginnings of the Portuguese overseas expansion". In J. Mattoso (dir.), *The Historiography of Medieval Portugal c.1950-2010*, Lisboa, IEM, pp. 591-605.
- CRUZ, A. (1986), "Do início da Reconquista à fundação do Condado Portucalense". In J. H. Saraiva (dir.), *História de Portugal*, volume 1, Lisboa, Publicações Alfa, pp. 291-309.
- CUNHAL, A. (1975), *As Lutas de Classes em Portugal nos Fins da Idade Média*, Lisboa, Editorial Estampa.
- EVANS, R. J. W., MARCHAL, G. P. (eds.) (2011), *The Uses of the Middle Age in Modern European States. History, Nationhood and the Search for Origins*, Basingstoke, Palgrave Macmillan.
- FARINHA, A. D. (1995), "O Infante D. Henrique". In J. Medina (dir.), *História de Portugal. Dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias*, volume 4, Amadora, Clube Internacional do Livro, pp. 37-43.
- FERNANDES, H. (1995), "Sociedade e economia nos campos – séculos XII a XIV". In J. Medina (dir.), *História de Portugal. Dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias*, volume 3, Amadora, Clube Internacional do Livro, pp. 197-231.
- FREITAS, J. A. G. (2011), "Syntheses, guides and states of the art". In J. Mattoso (dir.), *The Historiography of Medieval Portugal c.1950-2010*, Lisboa, IEM, pp. 607-625.

- GARCÍA-SANJUÁN, A. (2018), “Rejecting al-Andalus, exalting the Reconquista: historical memory in contemporary Spain”. *Journal of Medieval Iberian Studies*, 10 (1): 127-145.
- GARCÍA-SANJUÁN, A. (2020), “Weaponizing historical knowledge: the notion of Reconquista in Spanish nationalism”. *Imago temporis: medium Aevum*, 14, pp. 133-162.
- GARCÍA CÁRCCEL, R. (coord.) (2004), *La construcción de las Historias de España*, Madrid, Fundación Carolina e Centro de Estudios Hispánicos e Iberoamericanos.
- GEARY, P. (2002), *The Myth of Nations. The Medieval Origins of Europe*, Princeton e Oxford, Princeton University Press.
- GEARY, P., KLANICZAY, G. (eds.) (2013), *Manufacturing Middle Ages. Entangled History of Medievalism in Nineteenth-century Europe*, Leiden e Boston, Brill.
- GELLNER, E. (1983), *Nations and Nationalism*, Oxford, Basil Blackwell.
- GODINHO, V.M. (1940), “Os Descobrimentos e a evolução da economia mundial”. *Revista do Porto*, 2-4, pp. 24-25, 37-38 e 48-52.
- GODINHO, V.M. (1944), *A Expansão Quatrocentista Portuguesa. Problemas das Origens e da Linha de Evolução*, Lisboa, Empresa Contemporânea de Edições, Lda.
- GROEBNER, V. (2009), *Das Mittelalter hört nicht auf. Über historisches Erzählen*, Munique, C.H.Beck.
- HERCULANO, A. (1843-1844), “Apontamentos para a Historia dos bens da corôa e dos foraes”, *O Panorama*, pp. 338-340, 355-358, 370-373, 394-399, 410-412, 42-44, 172-175.
- HERCULANO, A. (1849), *Historia de Portugal*, volume 3, Lisboa, Casa da Viúva Bertrand e Filhos.
- HOBSBAWM, E. (1983), “Introduction: inventing traditions”. In Eric Hobsbawm e Terence Ranger (eds.), *The Invention of Tradition*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 1-14.
- HOBSBAWM, E. (1990), *Nations and Nationalism since 1870: Programme, Myth, Reality*, Cambridge, Cambridge University Press.
- HOMEM, A. L. C., ANDRADE, A. A., AMARAL, L. C. (1988), “Por onde vem o medievismo em Portugal?”. Separata da *Revista de História Económica e Social*, 22.
- INE/PORDATA (2023a), Taxa de analfabetismo segundo os Censos: total e por sexo. Disponível em <https://prod2.pordata.pt/portugal/taxa+de+analfabetismo+segundo+os+censos+total+e+por+sexo-2517-198286>.
- INE/PORDATA (2023b), População residente com 15 e mais anos segundo os Censos: total e por nível de escolaridade completo mais elevado (%). Disponível em [https://prod2.pordata.pt/portugal/populacao+residente+com+15+e+mais+anos+segundo+os+censos+total+e+por+nivel+de+escolaridade+completo+mais+elevado+\(percentagem\)-3709-324817](https://prod2.pordata.pt/portugal/populacao+residente+com+15+e+mais+anos+segundo+os+censos+total+e+por+nivel+de+escolaridade+completo+mais+elevado+(percentagem)-3709-324817).
- LEITE, D. (1930), “Talent de bien faire. A propósito da conferência de Joaquim Bensaúde – Origines du plan des Indes – Paris – Librairie Aillaud, 1929 – 32 pages”. *Revista Portuguesa*, 2 (1), pp. 89-99.
- LEITE, D. (1942), “O plano henriquino da Índia e os nossos escritores”, *Seara Nova*, 24 de janeiro-7 de fevereiro, pp. 275-277, 291-293 e 310-314.
- MARQUES, A. H. O. (1972), *História de Portugal: Desde os Tempos Mais Antigos até ao Governo do Sr. Marcelo Caetano*, 2 volumes, Lisboa, Ágora.
- MARQUES, A. H. O. (1987), *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, volume 4 de J. Serrão e A. H. O. Marques (dir.), *Nova História de Portugal*, Lisboa, Presença.
- MARQUES, A. H. O. (1996), “A circulação e a troca de produtos”. In *Portugal em Definição de Fronteiras (1096-1325). Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*, coord. M. H. C. Coelho e A. L. C. Homem, volume 3 de J. Serrão e A. H. O. Marques (dir.), *Nova História de Portugal*, Lisboa, Presença, pp. 487-528.

- MARQUES, A. P. (1991), *A Historiografia dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa*, Coimbra, Livraria Minerva.
- MARREIROS, M. R. F. (1996), “Senhorios”. In *Portugal em Definição de Fronteiras (1096-1325). Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*, coord. M. H. C. Coelho e A. L. C. Homem, volume 3 de J. Serrão e A. H. O. Marques (dir.), *Nova História de Portugal*, Lisboa, Presença, pp. 584-602.
- MARSHALL, D. W. (ed.) (2007), *Mass Market Medieval. Essays on the Middle Ages in Popular Culture*, Jefferson, NC e Londres, McFarland & Company.
- MARTINS, O. (1882), *História de Portugal*, volume 1, Lisboa, Livraria Bertrand.
- MARTINS, P. (2026), *Representing the Middle Ages in Modern Portugal (1890-1947). Historiography, Heritage, and Commemoration*, Leiden, Brill.
- MATEUS, A. (coord.) (2015), *Três Décadas de Portugal Europeu: Balanço e Perspetivas*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos. Disponível em <https://ffms.pt/pt-pt/estudos/estudos/tres-decadas-de-portugal-europeu>.
- MATOS, S. C. (1998a), *Historiografia e Memória Nacional no Portugal do Século XIX (1846-1898)*, Lisboa, Colibri.
- MATOS, S. C. (1998b), “A historiografia portuguesa dos descobrimentos no século XIX”, Separata de *Los 98 Ibéricos y el mar 2: La cultura en la Península Ibérica*, pp. 55-80.
- MATTHEWS, D. (2015), *Medievalism: A Critical History*, Cambridge, D. S. Brewer.
- MATTOSO, J. (1982), “Perspectivas actuais da investigação e da síntese na historiografia medieval portuguesa (1128-1383)”. *Revista de História Económica e Social*, 9, pp. 145-162.
- MATTOSO, J. (1986a), “O Condado Portucalense”. In J. H. Saraiva (dir.), *História de Portugal*, volume 1, Lisboa, Publicações Alfa, pp. 419-467.
- MATTOSO, J. (1986b), “D. Afonso II, o Gordo”. In J. H. Saraiva (dir.), *História de Portugal*, volume 1, Lisboa, Publicações Alfa, pp. 531-552.
- MATTOSO, J. (1986c), “Lutas de classes?”. In J. H. Saraiva (dir.), *História de Portugal*, volume 2, Lisboa, Publicações Alfa, pp. 193-199.
- MATTOSO, J. (1992), “Portugal no Reino Asturiano-Leonês”. In J. Mattoso (coord.), *Antes de Portugal*, volume 2 de J. Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 441-562.
- MATTOSO, J. (1993), “1096-1325”. In J. Mattoso (coord.), *A Monarquia Feudal (1096-1480)*, volume 2 de J. Mattoso (dir.) *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 9-309.
- MATTOSO, J. (1998), *A Identidade Nacional*, Lisboa, Gradiva.
- MATTOSO, J. (2000), “Capítulo 1 – A formação da nacionalidade”. In J. Tengarrinha (org.), *História de Portugal*, Lisboa e São Paulo, Instituto Camões e EDUSC – UNESP, pp. 7-18.
- MERÊA, M. P. (1923), *O Poder Real e as Cortes*, Coimbra, Coimbra Editora Lda.
- MORENO, H. B. (2000), “O princípio da época moderna”. In J. Tengarrinha (org.), *História de Portugal*, Lisboa e São Paulo, Instituto Camões e EDUSC – UNESP, pp. 47-57.
- MÜLLER, U. (2010), “Medievalism”. In Albrecht Classen (ed.), *Handbook of Medieval Studies: Terms, Methods, Trends*, volume 1, Berlim, De Gruyter, pp. 850-865.
- MÚRIAS, M. (1927), “Nacionalismo e catolicismo (O génio português)”, *Nação Portuguesa*, 11 (2), pp. 343-354.
- MÚRIAS, M. (1940), *Short History of Portuguese Colonization*, Lisboa, Editorial Ática.
- NEVES, J. (2008), *Comunismo e Nacionalismo em Portugal. Política, Cultura e História no Século XX*, Lisboa, Tinta-da-china.

- NOGUEIRA, J. A. (1986), “As instituições e o direito”. In J. H. Saraiva (dir.), *História de Portugal*, volume 1, Lisboa, Publicações Alfa, pp. 773-809.
- OECD (2022), Adult Education Level. Disponível em <https://www.oecd.org/en/data/indicators/adult-education-level.html?oecdcontrol-4e20b448f7-var6=TRY>.
- PERALTA, E. (2017), *Lisboa e a Memória do Império: Património, Museus e Espaço Público*. Lisboa, Le Monde Diplomatique/Outro Modo.
- PERES, D. (1928-1935), *História de Portugal*, Barcelos, Portucalense.
- PERES, D. (1938), *Como Nasceu Portugal*, Barcelos, Companhia Editora do Minho.
- PIMENTA, A. (1934), *Elementos de História de Portugal. Elaborados para Uso do Ensino Secundário, Absolutamente de acordo com o Respetivo Programa*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade.
- PIMENTA, A. (1940), “A crise de 1383-1385. Robustecimento do espírito nacional, consolidação da independência”. In *Congresso do Mundo Português (Publicações)*, Volume 2: *Memórias e Comunicações Apresentadas ao Congresso de História Medieval – II Congresso*, Lisboa, Comissão Executiva dos Centenários, pp. 221-246.
- PORRINAS GONZÁLEZ, D. (ed.) (2024), *¿Reconquista! ¿Reconquista? Reconquista*, Madrid, Desperta Ferro.
- RAMOS, R. (1997), “Tristes conquistas: a expansão ultramarina na historiografia contemporânea (c. 1840-c. 1970)”, tese apresentada para as provas de acesso a investigador auxiliar, ICS.
- RAPOSO, B. (2010), “Rediscovery of the Middle Ages (late 18th century/turn of the century)”. In Albrecht Classen (ed.), *Handbook of Medieval Studies: Terms, Methods, Trends*, volume 2, Berlim, De Gruyter, pp. 1171-1184.
- RÍOS SALOMA, M. F. (2011), *La Reconquista. Una construcción historiográfica (siglos XVI-XIX)*, Madrid, Marcial Pons.
- RÍOS SALOMA, M. F. (2013), *La Reconquista en la historiografía española contemporánea*, Madrid e México, Sílex e Universidad Autónoma de México.
- RUIZ TORRES, P. (2001), “Les usages politiques de l’histoire en Espagne. Formes, limites et contradictions”. In F. Hartog, J. Revel (dir.), *Les usages politiques du passé*, Paris, Éditions de L’École des Hautes Études en Sciences Sociales, pp. 129-156.
- SARAIVA, J. H. (1978), *História Concisa de Portugal*, 1.ª edição, Mem Martins, Publicações Europa-América.
- SARAIVA, J. H. (1986a), “Prefácio”. In J. H. Saraiva (dir.), *História de Portugal*, volume 1, Lisboa, Publicações Alfa, pp. 1-2.
- SARAIVA, J. H. (1986b), “A Revolução de 1383-1385”. In J. H. Saraiva (dir.), *História de Portugal*, volume 2, Lisboa, Publicações Alfa, pp. 75-106.
- SARAIVA, J. H. (1986c), “A expansão atlântica”. In J. H. Saraiva (dir.), *História de Portugal*, volume 2, Lisboa, Publicações Alfa, pp. 381-393.
- SARAIVA, J. H. (2021). *História Concisa de Portugal*, 26.ª edição, Lisboa, Contraponto.
- SÉRGIO, A. (1923), *Bosquejo da História de Portugal*, 2.ª edição, Lisboa, Biblioteca Nacional.
- SÉRGIO, A. (1929), “As duas políticas nacionais”. In *Ensaio*, volume 2, Lisboa, Seara Nova, pp. 69-109.
- SERRÃO, J. V. (1995), *História de Portugal*, volume 1: *Estado, Pátria e Nação (1080-1415)*, 5.ª edição, Lisboa, Verbo.
- SERRÃO, J. V. (1996), *História de Portugal*, volume 2: *A Formação do Estado Moderno (1415-1495)*, 8.ª edição, Lisboa, Verbo.

- SIMÕES, A. V. (1933), *La Flandre, le Portugal et les débuts du capitalisme moderne*, 2.^a edição, Bruxelas e Paris, Goemaere e Lib. du Recueil Sirey.
- SIMÕES, A. V. (1938), *Portugal, o Ouro, as Descobertas e a Criação do Estado Capitalista*, Lisboa, Sociedade Nacional de Tipografia.
- SMITH, A. D. (1991), *National Identity*, Londres, Penguin.
- SOARES, T. S. (1939), “Henri Pirenne e o problema da origem das instituições municipais”, *Separação da Biblos*, 15 (2), pp. 505-518.
- SOUSA, A. (1993), “1325-1480”. In J. Mattoso (coord.), *A Monarquia Feudal (1096-1480)*, volume 2 de J. Mattoso (dir.) *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 310-556.
- SOUSA, B. V. (2009), “1 parte: Idade Média (séculos XI-XV)”. In R. Ramos (coord.) *História de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros.
- SOUSA, B. V., BOISSELIER, S. (2006), “Pour un bilan de l’historiographie sur le Moyen Âge portugais au XXe siècle”, *Cahiers de civilisation médiévale*, 195, pp. 213-256.
- STURTEVANT, P. (2018), *The Middle Ages in Popular Imagination. Memory, Film and Medievalism*, Londres e Nova Iorque, Bloomsbury.
- TELES, B. (1901), *Estudos Históricos e Económicos*, Porto, Lello & Irmão Editores.
- WICKHAM, C. (2006), “The early Middle Ages and national identity”. In N. Fryde, P. Monnet, O. G. Oexle, L. Zygmier (eds.), *Die Deutung der mittelalterlichen Gesellschaft in der Moderne. L’imaginaire et les conceptions modernes de la société médiévale. Modern Conceptions of Medieval Society, Współczesna interpretacja średniowiecznego społeczeństwa*, Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, pp. 107-122.
- WORLD BANK GROUP (2024), Literacy rate, adult total (% of people ages 15 and above). Disponível em <https://data.worldbank.org/indicator/SE.ADT.LITR.ZS>.

Recebido a 20-12-2024. Aceite para publicação a 01-04-2026.

MARTINS, P. (2026), “A Idade Média nas «histórias de Portugal» do período democrático”. *Análise Social*, 260, LXI (3.º), e39649. <https://doi.org/10.31447/39649>.

Pedro Martins » pedromartins@fcsh.unl.pt » Instituto de História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa / IN2PAST — Laboratório Associado para a Investigação e Inovação em Património, Artes, Sustentabilidade e Território » Avenida de Berna, 26 C — 1069-061 Lisboa, Portugal » <https://orcid.org/0000-0001-9866-5841>.
